

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

O KDB Brasil tem como objetivo principal o financiamento, a curto e longo prazo, do comércio e da indústria em geral, incluindo financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro, financiamento de projetos do tipo "project finance" e Social Overhead Capital (SOC) projects: projetos

relativos à infraestrutura de áreas públicas, tais como rodovias, portos, aeroportos, metrô, sistemas de energia elétrica e redes de água e esgoto. São Paulo, 15 de agosto de 2016

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		1.012.717	243.815
Disponibilidades		4.207	26.168
Aplicações interfinanceiras de liquidez		364.820	49.115
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	342.003	23.171
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	22.817	25.818
Carteira própria	6	620.335	147.560
Vinculados à prestação de garantias	6	393.739	147.560
Relações interfinanceiras		226.596	-
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central do Brasil		110	2.244
Operações de crédito		110	2.244
Operações de crédito - Setor privado		14.089	14.077
Operações de crédito - Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8	14.158	14.962
Outros créditos	9	(69)	(885)
Carteira de câmbio		9.146	4.639
Rendas a receber	10	5.044	128
Diversos	11	3.760	4.511
Outros valores e bens		10	12
Despesas antecipadas		10	12
Realizável a longo prazo		155.927	251.504
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		155.927	251.504
Carteira própria	6	155.927	221.548
Vinculados à prestação de garantias	6	-	29.956
Investimentos		865	1.148
Outros investimentos		5	5
Imobilizado de uso		390	516
Outras imobilizações de uso	12	1.551	1.514
(Depreciações acumuladas)	12	(1.161)	(998)
Intangível		470	627
Outros ativos intangíveis	12	772	772
(Amortização acumulada)	12	(302)	(145)
Total do ativo		1.169.509	496.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		978.901	399.996
Depósitos		4.874	242.586
Depósitos à vista		4.838	3.838
Depósitos interfinanceiros		-	120.305
Depósitos a prazo		36	118.443
Relações interdependências		86	82
Recursos em trânsito de terceiros		86	82
Obrigações por empréstimos e repasses		805.794	155.234
Empréstimos no exterior	13	805.794	155.234
Instrumentos financeiros derivativos		145.259	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	145.259	-
Outras obrigações		22.888	2.094
Cobrança arrecadação de tributos e assemelhados		1	2
Carteira de câmbio	14	5.041	393
Fiscais e previdenciárias	14	16.274	791
Diversas	14	1.572	908
Exigível a longo prazo		11.915	3.636
Depósitos		11.915	3.636
Depósitos a prazo		11.915	3.636
Resultado de exercícios futuros		552	5
Resultado de exercícios futuros		552	5
Patrimônio líquido		178.141	92.830
Capital social		552.891	552.891
De domiciliados no exterior		829	829
Reserva de lucros		725	(1.610)
Ajustes de avaliação patrimonial		(376.304)	(459.280)
Prejuízos acumulados		-	-
Total do passivo		1.169.509	496.467

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros - Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	552.891	829	(1.487)	(459.723)	92.510
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	(123)	-	(123)
Lucro do semestre	-	-	-	443	443
Saldos em 30 de junho de 2015	552.891	829	(1.610)	(459.280)	92.830
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	(828)	-	(828)
Lucro do semestre	-	-	-	765	765
Saldos em 31 de dezembro de 2015	552.891	829	(2.438)	(458.515)	92.767
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	(2.438)	-	(2.438)
Lucro do semestre	-	-	-	3.163	3.163
Saldos em 30 de junho de 2016	552.891	829	725	(376.304)	178.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atuando como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio. O Banco é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- a. **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b. **CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c. **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d. **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e. **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- f. **CPC 24** - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g. **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- h. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)** - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- i. **CPC 33** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016. O Banco está avaliando os impactos do pronunciamento.

Não houve operação com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo custo de aquisição e resgate, sendo a receita e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data do balanço.

b. **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão demonstradas no resultado do semestre/operação, com base no indexador contratado, quando for o caso acrescido de encargos e rendimentos decorridos.

d. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao preço de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;

(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

(iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição e resgate, sendo a receita e despesas ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg. Os valores de mercado utilizados para ajuste dos títulos são apurados segundo o modelo de precificação desenvolvido pelos seus Administradores e são divulgados diariamente para a CVM.

f. **Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swaps" são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa "pro rata" dia a dia à data das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre/operação. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciados em contas de compensação. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

g. **Operações de crédito e provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira. A provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída e demais análises efetuadas.

h. **Outros valores a receber:** São demonstrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos e variações monetárias ("pro rata temporis") e cambiais auferidos e ajustado por provisão para ajuste a valor de mercado na data do balanço.

i. **Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis e equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e veículos.

j. **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k. **Outros valores a pagar:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ("pro rata temporis") e cambiais incorridos.

l. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R\$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado à alíquota de 15%, acrescida de 9% a partir de setembro de 2015, e ajustada conforme legislação fiscal em vigor. Os créditos tributários podem ser constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e/ou ainda sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. Embora o Banco reúna todas condições dispostas na Resolução CMN nº 3.059/02 e na Resolução CMN nº 3.355/06, a Administração decidiu pelo não registro dos créditos tributários neste momento.

m. **Operações de crédito e provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira. A provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída e demais análises efetuadas.

n. **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos;

o. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

p. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

q. **Resultado de exercícios futuros:** Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões de prestações de fiança e são apropriados diariamente ao resultado até o vencimento dos contratos.

(i) Títulos Públicos Federais são compostos por Precatórios da Foco Distribuidora no montante de R\$ 1.584 (R\$ 2.621 em 2015), os pagamentos anuais vêm sendo recebidos regularmente, sendo que para 2016 há previsão de recebimento da 10ª parcela.

(ii) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de R\$ 160.896 (R\$ 130.802 em 2015). Os títulos são negociados e custodiados através do sistema EUROCLEAR e o valor de mercado destes títulos é obtido através das cotações da Bloomberg.

(iii) Em 30/06/2016 o valor da provisão para desvalorização das Cotas do Fundo FIDC Trendbank foi de R\$ 2.772 (R\$ 2.937 em 2015). A Administração decidiu aumentar a provisão de 90% para 100% dos recebíveis de um determinado cliente do fundo. O aumento da provisão foi efetuado pois trata-se de cliente em comum, sendo que no Banco a provisão está em 100% da carteira de crédito, dessa forma, o Banco preferiu padronizar as provisões a maior.

	Sem vencimento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	Ajuste de custo	2015 Valor de mercado
Descrição					
Disponíveis para venda					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	124.568	-	124.568	125.281	(713)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	426.028	52.941	478.969	477.103	1.866
Agro Brasil e Precatórios FIDC	-	-	-	-	-
Agro Brasil - Precatórios FIDC	10.097	-	10.097	10.097	-
FIDC Trendbank fomento	148	-	148	148	-
Aplicações em Títulos no Exterior	48.273	112.623	160.896	161.063	(167)
Títulos Públicos Federais - Precatórios	1.584	-	1.584	1.584	-
Total	620.335	155.927	776.262	775.276	986

(i) Em 30/06/2016, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 986 (R\$ 2.685 em 2015), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 725 ((R\$ 1.610 em 2015).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
(i) **Política de utilização:** O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado;

(ii) **Gerenciamento:** O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, pré-fixada e dólar;

(iii) **Crerios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referências de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBOVESPA. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado. Em 30 de junho de 2016, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição ativa	-	-
DOL x DI	-	(145.259)
DI x PRE	-	(93.194)
DI x PRE	-	(49.925)
DI x PRE	-	(2.140)
Total	-	(145.259)

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição passiva	-	-
DOL x DI	-	(93.194)
DI x PRE	-	(49.925)
DI x PRE	-	(2.140)
Total	-	(145.259)

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição passiva	-	-
DOL x DI	-	(93.194)
DI x PRE	-	(49.925)
DI x PRE	-	(2.140)
Total	-	(145.259)

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição passiva	-	-
DOL x DI	-	(93.194)
DI x PRE	-	(49.925)
DI x PRE	-	(2.140)
Total	-	(145.259)

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição passiva	-	-
DOL x DI	-	(93.194)
DI x PRE	-	(49.925)
DI x PRE	-	(2.140)
Total	-	(145.259)

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição passiva	-	-
DOL x DI	-	(93.194)
DI x PRE	-	(49.925)
DI x PRE	-	(2.140)
Total	-	(145.259)

	2016	2015
Descrição		
Operações de Swap	-	-
Posição passiva	-	-
DOL x DI	-	

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2016	2015
Aluguel	(561)	(617)
Água, energia e gás	(19)	(15)
Processamento de dados	(369)	(328)
Comunicação	(169)	(174)
Despesas de serviços técnicos especializados	(429)	(113)
Serviços do sistema financeiro	(246)	(233)
Condomínio	(135)	(130)
Depreciação e amortização	(158)	(171)
Contribuição sindical	(86)	(86)
Despesas de viagens no país e exterior	(120)	(141)
Despesas de transportes	(57)	(64)
Publicações e promoção relações públicas	(110)	(170)
Serviços de segurança e vigilância	(39)	(36)
Serviços de terceiros	(56)	-
Seguros	(9)	-
Multas e juros	(27)	-
Outros	(186)	(150)
Total	(2.776)	(2.428)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2016	2015
COFINS	(4.702)	(258)
PIS	(764)	(42)
ISS	(32)	(27)
Impostos municipais e outros	(96)	(85)
Total	(5.594)	(412)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	15	8
Reversão de provisão de fundos de investimentos	200	-
Reversão de provisão de PLR	224	-
Rendas de variação cambial positiva de operações passivas	165.167	-
Total	165.606	8

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2016	2015
Provisão de processos trabalhistas	(13)	(62)
Provisão para perdas com avais e fianças concedido	(391)	-
Despesas de variação cambial negativa de operações ativas	(37.113)	(86)
Total	(37.517)	(148)

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

O resultado substancial na rubrica de operações com títulos e valores mobiliários refere-se, basicamente, ao precatório da empresa Zihuatanejo (credor original) adquirido pela MMAR Consultoria e cedido ao Banco em 17 de setembro de 2008, foi celebrado acordo judicial nos autos da Recuperação Judicial entre o Banco, Fundo Agro e Grupo Zihuatanejo em 07 de janeiro de 2015. Em 27 de janeiro de 2016, o acordo foi devidamente cumprido pelo Grupo Zihuatanejo mediante pagamento de aproximadamente R\$ 109 milhões para o Fundo Agro. Assim, tal precatório da empresa Zihuatanejo foi baixado no Banco em 29 de janeiro de 2016.

A Diretoria

Contador: Maycon Siqueira Paixão - CRC 1SP 256925/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria do

Banco KDB do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestres findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os semestres findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 15 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauti
Contador CRC: 1SP206103/O-4